

08.junho.2012 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Liga Portuguesa de Futebol Profissional
Mário Figueiredo – Presidente

Recebidos por: Grupo de Trabalho do Desporto: Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Pedro Pimpão (PSD) e Laurentino Dias (PS).

Assunto: Incumprimento salarial no futebol e situação dos profissionais

Exposição: O Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, agradeceu a disponibilidade do Presidente da Liga para estar presente na audição, que tem como objetivo analisar a questão do incumprimento salarial no futebol e a situação dos profissionais.

O Sr. Presidente da Liga fez uma [apresentação](#) sobre esta problemática, suscitada pelo Sindicato do Jogadores Profissionais de Futebol, recorrendo a alguns dados que resultaram do estudo que encomendou à Universidade Católica Portuguesa - [Competição Fora das 4 Linhas - Reflexão estratégica sobre a sustentabilidade do futebol profissional em Portugal](#).

Começou por fazer o diagnóstico da situação atual, tendo identificado os seguintes aspetos:

- O crescente endividamento do futebol refletiu-se numa estrutura financeira frágil, à medida que sucessivos resultados operacionais negativos foram absorvendo os fundos próprios.
- Atualmente, o ativo de investimento é integralmente financiado por passivos correntes e passivos de financiamento.
- A estrutura de financiamento comporta riscos importantes para os clubes de futebol, os quais são acrescidos pelo cenário de forte restrição ao crédito que se vive hoje em Portugal.
- O modelo de governo dos clubes de futebol não é favorável ao financiamento pelos capitais próprios.

Referiu-se, de seguida, ao papel que a Liga Portugal procura ter de constante intervenção, atualização, fiscalização e melhoramento, apontando os seguintes mecanismos recentemente introduzidos no sentido da sustentabilidade do futebol profissional:

1. Pressupostos de natureza financeira: a candidatura à 1ª Liga implica a entrega de diversos documentos, de entre os quais: parecer do revisor oficial de contas relativo aos orçamentos previsionais, cumprimento das massas salariais e o equilíbrio dos mesmos, comprovativo de dívidas a jogadores e treinadores na época desportiva anterior, certidões comprovativas da situação contributiva regularizada e contas do exercício anterior devidamente certificadas. A este propósito, transmitiu que os processos de candidatura estão ainda a decorrer, mas já é possível verificar uma percentagem de cumprimento acima dos 80% na I Liga.
2. Disposições regulamentares da Liga Portugal: prevê-se um período de controlo a meio da época, para além dos previstos no início e no fim; será punido com a pena de subtração de três pontos o clube que se encontre em mora igual ou superior a

sessenta dias no pagamento de remunerações-base e compensações mensais previstas.

3. Outras ações:

- Alargamento da I Liga, permitindo o aumento do potencial de receitas e o acréscimo em termos de transmissão de direitos televisivos;
- Alargamento da II Liga e introdução de equipas “B”;
- Renegociação do contrato de trabalho do trabalhador desportivo;
- Centralização na Liga Portugal dos direitos TV. Os direitos relativos à transmissão televisiva das partidas da I Liga e da II Liga são direitos inerentes e conexos com as competições profissionais de futebol, e como tal, pertencem a todos os clubes e sociedades participantes nessas mesmas competições;
- Receitas dos jogos sociais e apostas on line, que permitem o combate ao jogo clandestino, a proteção dos menores, o combate ao vício e políticas de recuperação dos jogadores viciados, o reforço da integridade, fiabilidade e transparência do mercado de apostas, a prevenção mais eficaz de atividades criminosas comumente associadas ao jogo, entre outros.
- Fair Play Financeiro, com o objetivo de trabalhar no aumento das receitas, efetuar um trabalho profundo do lado das despesas, criar modelos de fair play financeiro mais exigentes, seguindo o mecanismo da UEFA e das ligas estrangeiras.

Referiu-se ainda a um estudo económico encomendado pela Liga e que deverá ficar concluído até 22 de junho, data em que o remeterá à Assembleia da República.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) agradeceu a apresentação, que entendeu ser muito relevante, pelos dados que foram disponibilizados e que permitem conhecer a estratégia global da Liga. Felicitou o Presidente pelo esforço no sentido da recuperação da credibilidade financeira do futebol português e considerou muito positiva a integração das equipas B com a obrigatoriedade de integrar jogadores formados localmente. Colocou, de seguida, algumas questões, designadamente sobre a forma de conseguir maior eficácia no controlo e fiscalização, sobre as medidas que estão previstas para introduzir fairplay financeiro, sobre a possibilidade de criação de um plano para a recuperação dos clubes, sobre o reforço do fundo de garantia salarial e questionou ainda se os regulamentos já existentes são eficazes ou se deverá prever-se o agravamento das penas para os clubes que não cumpram.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) manifestou o seu agrado em relação à apresentação efetuada pelo Presidente da Liga, por ter permitido uma panorâmica da situação dos clubes, mas também do futebol português. Pronunciou-se em relação aos salários em atraso, considerando esse o maior problema do futebol português e referiu-se à dificuldade em comprovar que os clubes têm os salários em atraso. Manifestou a sua concordância em relação ao 3º momento de controlo, pese embora possa não resolver o problema, exigindo a avaliação dos pressupostos financeiros uma fiscalização eficaz. Por último, chamou a atenção para o “apertar da malha” em relação aos jogadores portugueses e não em relação aos jogadores importados, constituindo estes, muitas vezes, importações falhadas. Por último, referiu-se ao diferencial brutal das receitas da I Liga (1,8 M€) em relação à II Liga (150.000 €), constituindo a descida de Liga o cadafalso para muitas equipas e solicitou o envio dos documentos a que se referiu o Presidente da Liga.

O Sr. Presidente da Liga agradeceu as considerações simpáticas e, respondendo às questões colocadas, esclareceu que a Liga B com a obrigatoriedade de integrar jogadores formados localmente vai aumentar os custos e só dará resultados a longo prazo. Em relação às regras do fair play financeiro, afirmou que a preocupação da Liga é a de introduzir um sistema que entre em vigor no tempo, com o acordo dos clubes. Disse ainda concordar com a criação de um plano de recuperação do equilíbrio financeiro dos clubes, pelo que manifestou a sua



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

disponibilidade para trabalhar com o Governo ou com a Assembleia da República neste sentido. Referiu ainda que está a negociar com os sindicatos um fundo de solidariedade para fazer face às situações mais complicadas dos jogadores. Em relação às dúvidas levantadas quanto à dificuldade em comprovar que os clubes têm os salários em atraso, esclareceu que é exigido aos jogadores um documento assinado presencialmente, atestando que nada lhe é devido.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (Coordenador) manifestou a sua preocupação em relação à verdade desportiva e referiu-se também à importância de o Estado ser cumpridor, pelo que deve criar mecanismos eficazes de controlo e fiscalização.

A documentação entregue na audição encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 08 de junho de 2012

A Assessora
Cristina Tavares